

# A imprevidência em Brasília - 8 FEV 1987

Uma das imputações mais graves a fazer aos últimos governos da Capital do País é a imprevidência. Não se trata de acusar por acusar. Não é o caso de pôr sempre em confronto a Nova com a Velha República, até porque o importante para a população, no presente, é o tempo futuro, não o passado. Interessa o passado sobre tudo com finalidades retificadoras, quando é preciso resgatar, digamos, sesmarias ilegalmente doadas aos amigos do Rei.

O que aconteceu, e é inadmissível em homens com responsabilidade na vida pública, foi uma incapacidade de enxergar além do horizonte, permitindo que os problemas se acumulassem como bombas de retardamento, com a tranqüilidade de saber que não explodiriam no período de sua gestão. Rousseau fala de uma tribo cujo poder de previsão era inferior ao espaço de doze horas, pois de manhã um de seus membros ia ao primitivo mercado trocar uma pele por outro objeto, e ali voltava ao entardecer, na tentativa de recuperá-la, porque só então se dava conta de que ela era necessária para abrigá-lo à noite.

Essa imprevidência em Brasília parte de aspectos demográficos e envolve questões diversas, algumas delas com prenúncios catastróficos.

O bê-a-bá é de todos conhecido. Projetada para ter quinhentos mil habitantes na passagem do século, já tem mais de 1,7 milhão e pode chegar a mais de quatro milhões no ano 2000. Claro que a economia regional e os serviços públicos foram incapazes de dar resposta ao enorme e inesperado volume de demandas. Medidas para enfrentar a nova realidade não foram adotadas em tempo e com a devida seriedade.

Só em 1975 é que se criou o Programa Especial da Região Geoeconômica, na tentativa de conter os fluxos migratórios, preservar o caráter político-

OSVALDO PERALVA



administrativo e cultural de Brasília, ao mesmo tempo atenuando as pressões sobre seu sistema de serviços, mediante o fortalecimento dos núcleos urbanos periféricos e da infraestrutura da região.

Esses bons propósitos não prosperaram. No ano seguinte, os investimentos federais nesse programa caíram verticalmente. Assim continuaram. Entre 1975 e 1982, as quedas foram de 79,18 por cento, em desenvolvimento urbano e social; 76,57 por cento em infra-estrutura física, e 77,28 por cento no apoio aos setores produtivos.

Resultado é que o abastecimento de água, por exemplo, já se torna insuficiente mesmo pa-

ra a população atual, pois a capacidade hídrica é limitada, conforme assinalou o simpósio "Brasília: Concepção, Realidade, Destino", convocado em outubro pelo GDF, com apoio na UnB e em dois Ministérios, e é ressaltado na Carta de Brasília. As recentes medidas anunciadas sobre a segunda etapa do sistema do Rio Descoberto terão efeito apenas paliativo, porquanto os estudos para a solução do problema, iniciados e abandonados anos atrás, só foram retomados e desenvolvidos pelo atual governo. E seus efeitos não podem ser imediatos. O assunto ficou imprevidentemente fora de pauta por anos a fio.

A moradia é outra consequên-

cia desastrosa da falta de um anteparo que poderia ser representado pelo desenvolvimento da Região Geoeconômica, e que hoje constitui um dos pontos em destaque no governo Aparecido, conforme ressalta de recente ofício ao governador eleito de Goiás, senador Henrique Santillo. De outro lado, e dentro de sua compreensão, repetidamente enunciada, de que Brasília não se salva sozinha nem por si mesma, está pedindo ajuda do Ministério da Irrigação para que inclua em seus programas o assentamento de uma parte da população migrante do Distrito Federal. Em ofício ao ministro Vicente Fialho, que a imprensa está divulgando, observou:

"Na seleção dessas famílias — 15.935 vivendo em 44 invasões, segundo estimativa da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda — Shis, levar-se-ia em conta a experiência e vocação agrícola de seus integrantes, não se descartando a fórmula de assentá-las nos seus estados de origem, o que constituiria experiência pioneira em termos de reversão dos fluxos migratórios".

Igualmente como decorrência das migrações descontroladas, da exagerada taxa de crescimento demográfico (na última década, a média geométrica de incremento foi de 8,16 por cento, ainda segundo o ofício ao Ministro), é dramática a situação nos setores de saneamento básico, educação, segurança, transportes coletivos, limpeza pública.

Os doze trabalhos de Hércules tornam-se assim insignificantes diante das tarefas que o atual governo recebeu como herança da imprevidência de alguns de seus antecessores. E, no momento em que todos os olhos se voltam para a Constituinte, parece óbvio que uma das responsabilidades principais dos representantes de Brasília é examinar esses problemas no plano das grandes questões nacionais.